

DA ÁFRICA AOS INDÍGENAS DO BRASIL

Organizadoras

Evandro Fernandes | Nora Cecília Lima Boccacio Cinel | Véra Neusa Lopes



DA ÁFRICA AOS INDÍGENAS DO BRASIL

**Caminhos para o estudo de
História e Cultura Afro-Brasileira
e Indígena**

Organizadores

Evandro Fernandes | Nora Cecília Lima Boccacio Cinel | Véra Neusa Lopes

1ª edição
Porto Alegre
UFRGS
2016

Expediente

Reitor

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor

Rui Vicente Oppermann

Pró-Reitora de Extensão

Sandra de Deus

Coordenador do NEAB

José Rivair Macedo

Coordenadora Adjunta do NEAB

Rita de Cássia Camisolão

Publicação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos – NEAB/UFRGS

Av. Ipiranga, 2000 – Subsolo do Planetário

Porto Alegre – RS – CEP 90160-091

E-mail: neab@ufrgs.br

<http://www.ufrgs.br/deds/nucleos/neab>



NEAB • ufrgs

Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dos autores

1ª edição: 2016

Direitos reservados desta edição:

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Revisão: Nora Cecília Lima Bocaccio Cinel

Projeto gráfico: Odair Silva dos Santos

Editoração Eletrônica:

Revisão final dos organizadores

Da África aos indígenas do Brasil: caminhos para o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena/ organizadores Evandro Fernandes, Nora Cecília Lima Bocaccio Cinel e Véra Neusa Lopes – Porto Alegre: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos – NEAB/UFRGS. Editora da UFRGS, 2016, ... p.; ...cm

Inclui figuras.

Inclui referências.

Educação. 2. Educação das Relações Étnico-Raciais. 3. Educação Antirracista. 4. Diversidade 5. História – História Afro-Brasileira – História dos Povos Indígenas do Brasil – 6. Cultura – Cultura Africana – Cultura Afro-Brasileira – Cultura Indígena. 6. Ensino – Metodologia – Didática. I. Fernandes, Evandro II. Cinel, Nora Cecília Lima Bocaccio. III Lopes, Véra Neusa.

CIP – Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.

(....)

ISBN

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Da África aos indígenas do Brasil : caminhos para o estudo de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena / organizadores Evandro Fernandes, Nora Cecilia Lima Boccacio Cibei e Véra Neusa Lopes. – 1ª ed. -- Porto Alegre : UFRGS, 2016.

368 p. : il.

ISBN: 978-85-66106-93-0

1. Educação 2. Ensino de História. 3. Cultura indígena. 4. Cultura afro-brasileira. I. Fernandes, Evandro. II. Cibei, Nora Cecilia Lima Boccacio. III. Lopes, Véra Neusa.

CDU – 37:96

37:572.9

Elaborada pela Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

1 TEMÁTICAS AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA SOB A ÓTICA DA DIVERSIDADE

Semana da África na UFRGS 2015.
Foto: Ramon Moser



INDÍGENAS NO RIO GRANDE DO SUL

Breve relato sobre grupos humanos autóctones no sul do Brasil

José Otávio Catafesto de Souza

Os portugueses chegaram tarde às terras existentes do outro lado do Oceano Atlântico a que chamaram *Ilha Brasilis*. Nome arbitrário, como também foi arbitrário o rótulo de índios aos habitantes desse Novo Mundo. Hoje, depois de mais de quinhentos anos, os descendentes diretos dos primeiros habitantes dos territórios americanos continuam sofrendo muitos agravos, sobrevivendo às políticas coloniais, neocoloniais, imperialistas e neoimperialistas que quase sempre pretenderam o extermínio físico (genocídio) e cultural (etnocídio) deles, em prol da ordem, do progresso e do desenvolvimento eurorreferenciado nos países que se criaram sobre os territórios originários ocupados deste lado do Atlântico. O Brasil também é produto dessas políticas de dominação e o entendimento da realidade atual dos índios precisa partir do correto enquadramento conceitual e antropológico dos prejuízos históricos sofridos pelos autóctones nesse processo.

Índio é um termo muito vago e incorreto para dar conta da diversidade social e cultural dos grupos humanos originários e seus representantes atuais existentes no país, palavra que tem servido para transmitir inúmeros estereótipos sobre os habitantes autóctones das Américas, incluindo as ideias simplistas deles como se fossem bestas tomadas pelo instinto animal (homem natural, sem cultura), fantasias românticas do bom selvagem ou de canibais sanguinários advindas dos processos inquisitórios; concepções evolucionistas deles enquanto fósseis vivos de etapas do nosso passado;

ou, ainda, dos índios enquanto portadores de uma mentalidade pré-lógica, como se crianças semicapazes, mas protetores ecológicos do meio ambiente. Todas essas ideias mais atrapalham do que ajudam a entender a realidade desses grupos que o termo índio pretende designar.

A Constituição Federal de 1988 avançou ao tratar dos índios enquanto sujeitos de direito originário, em contraponto ao perfil alóctone da sociedade civilizada que se criou adotando o direito positivo importado da Europa, assim como foi importado o modelo de gestão pelo Estado Nacional que se criou anulando os direitos primordiais denegados. Existem prejuízos históricos acumulados contra os autóctones americanos e a sociedade brasileira está formalmente comprometida a reverter isso adotando medidas compensatórias e políticas especiais que atendam à especificidade de cada um dos grupos originários a que temos chamado indígenas (ou ameríndios). Depois de 1988, o projeto nacional brasileiro começou a reverter parte da violência que se abateu sobre os grupos originários no território brasileiro, que antes eram considerados apenas como entrave ao progresso, tratados como primitivos incapazes que se devia reduzir pelo confinamento para liberar a terra à ocupação por imigrantes de *melhor qualidade*. O ideal era tornar o indígena um trabalhador braçal civilizado, utilizando para isso a catequese, a escola, bem como a intervenção paternal e assistencialista promovida pelos poderes públicos e privados.

Hoje, os indígenas estão constitucionalmente reconhecidos em sua diversidade de usos e costumes e o Estado brasileiro deve salvaguardar a sobrevivência de cada uma das comunidades indígenas ainda vivas, independentemente de ocuparem áreas regularizadas ou cidades, mesmo que mestiçados, perdedores de suas referências culturais ou até esquecidos de suas línguas maternas. Os poderes públicos passaram a assumir sua parte de responsabilidade pela violência historicamente praticada sobre essas sociedades.

Para tanto, é preciso refutar a compreensão que se tem sobre os indígenas no Brasil, fugindo do *índio genérico* para reconhecer que são grupos sociais muito diversos os que são assim rotulados, cada um deles com suas particularidades culturais que precisam ser identificadas e respeitadas. O conceito jurídico de *direitos originários* define que os índios são coletivos (famílias, parentelas, aldeias, comunidades, acampamentos) e que sua existência é **anterior** à origem do Brasil. A ideia de anterioridade e de originalidade resgata formalmente a dívida histórica que o país tem para com os grupos indígenas, demarcando seus direitos enquanto precedentes aos grupos alóctones que se tornaram dominantes na estrutura social e jurídica que se fez enquanto brasileira.

Contando a história a partir da paleoetnologia americana

Muitas gerações de habitantes ocuparam o sul do Brasil antes da chegada dos europeus no século XVI, embora pouco disso seja conhecido pelo senso comum. A versão da história que conhecemos foi contada e perpetuada pelos europeus e seus descendentes que souberam registrar os acontecimentos através dos documentos escritos recuperados pelos historiadores. No entanto, esses documentos foram redigidos quase sempre pela ótica do dominador letrado, onde os nativos americanos aparecem descritos quase sempre de maneira falsa ou distorcida e considerados como entrave primitivo ao progresso da civilização. É preciso rever essas distorções da história contada em nossas escolas sobre o passado indígena e sobre sua situação atual, trazendo aquilo que outras ciências como a paleontologia, a arqueologia e a etnologia indígena estão nos revelando sobre o passado précolombiano de todas as Américas.

Hoje, a noção de fonte histórica foi ampliada para reconhecer que a escrita é apenas uma das maneiras de conhecer o passado, limitada por-

que ela sempre foi monopólio de especialistas e das elites e sua utilização é muito recente se comparada com as demais criações que a humanidade utiliza desde sua origem no planeta. Antes da escrita, os homens inventaram tecnologias que transformam os materiais da natureza em artefatos culturais ou os vestígios da presença humana podem aparecer como pegadas deixadas no solo, restos de sua alimentação, fogueiras e outras marcas lavradas nas pedras, em ossos ou na transformação da argila para confecção da cerâmica. A utilização de madeira, fibras vegetais e outras matérias-primas orgânicas também foram importantes, embora grande parte disso tenha desaparecido pelos fatores de apodrecimento e degradação.

Estes restos são tratados como vestígios pelos arqueólogos, que entendem que o solo é um verdadeiro arquivo sobre o passado da humanidade, assim como os paleontólogos usam os fósseis de animais e plantas como forma de reconstituir a história natural. Os fenômenos da erosão e da sedimentação criam camadas geológicas que permitem aos especialistas interpretar como ocorreu a evolução dos fenômenos ambientais e como animais e plantas foram surgindo e se modificando através do tempo. A partir desses vestígios, os cientistas sabem hoje como ocorreu a formação e o desaparecimento de cordilheiras e mares, as características ambientais de cada uma das eras e períodos geológicos, a evolução das formas de vida desde as algas unicelulares, passando pela era dos grandes répteis até o desenvolvimento das diversas famílias de mamíferos de que os homens fazem parte. Sabem também sobre os períodos glaciais e interglaciais que caracterizam o Quaternário, enquanto período de surgimento e evolução do gênero *homo*.

A atuação humana gerou marcas, quase todas desaparecidas e ainda poucas das restantes foram descobertas, mas o pouco que já se descobriu serve para os arqueólogos reconstituírem momentos importantes desse passado. Os locais onde esses vestígios são encontrados são chamados *sítios* e milhares deles já foram registrados no Brasil. A cada novo achado,

e a cada nova análise mais detalhada, novas constatações ajudam a entender melhor o quadro de transformação e adaptação a que foram se submetendo os antigos indígenas até que os europeus chegaram e deixaram sobre eles informações escritas e iconográficas riquíssimas, que devemos hoje integrar na interpretação, reconhecendo que há continuidade entre a história remota, a história recente e a dos habitantes indígenas atuais do Rio Grande do Sul.

Primeiros habitantes originários do sul do Brasil

Nas Américas, não se encontraram vestígios que indiquem ocupação que recue aos primórdios do surgimento do gênero humano no planeta (a três milhões de anos) e os sítios estudados têm datações bem mais recentes, correspondentes ao momento de existência do homem moderno (*homo sapiens*). Não existem, no Rio Grande do Sul, sítios com o padrão de antiguidade relacionado ao período da chegada humana no Continente (vinte ou trinta mil anos), mas já foram estudados locais onde existem restos de grupos que foram seus descendentes. A ocupação da Região do Rio da Prata (onde se localiza quase todo o Rio Grande do Sul) por grupos humanos começou milhares de anos antes de Cristo (a.C.), frequentada por pequenos grupos de caçadores e coletores praticantes de tecnologia da pedra lascada e polida. Talvez a antiguidade recue às datas obtidas pela arqueologia para vestígios de grupos paleolíticos nas bordas do Escudo Cristalino Riograndense (também chamado Serra do Sudeste) e junto ao rio Uruguai, ultrapassando dez mil anos atrás.

Esses grupos mais antigos deixaram poucos registros, e a descoberta eventual de um de seus acampamentos é de valor inestimável para desvendar aspectos sobre a história humana inicial da região. Mas já é sabido sobre a porção central-leste do Rio Grande do Sul que foi marcada pela presença de grupos baseados em coleta, caça e pesca de produtos diversi-

ficados usados ao seu sustento. Tudo indica que tais grupos davam maior importância à caça, porque sítios antigos apresentam material lítico finamente lascado com a elaboração de pontas de projétil simétricas feitas em rochas de estrutura cristalina (silicatos). São sítios que também possuem bolas de boleadeira, mós, bigornas, raspadores, furadores e também implementos feitos em osso (arpões, anzóis, entre outros), além de uma arte abstrata gravada nas pedras (petróglifos).

Esses vestígios possuem muita semelhança com os materiais encontrados em sítios de caçadores descendentes diretamente dos *paleoindígenas* distribuídos na região da Pampa e da Patagônia, indicando que os grupos indígenas dessas regiões tinham uma filiação cultural assemelhada. A hipótese mais aceita é a de que os primeiros caçadores entraram no Continente, vindos da Sibéria pelo Estreito de Bering, perseguindo manadas de herbívoros e especializados na caça, pois teriam transpassado geleiras estendidas pelo período das glaciações onde inexistiam recursos vegetais. No caso dos vestígios sumários descobertos no Rio Grande do Sul, especula-se que foram produzidos por bandos de caçadores e coletores de paisagens abertas, mas divergindo um pouco do estilo de vida que se desenvolveu desde o término da última glaciação, quando a região do Rio da Prata esteve dominada por deserto rochoso e por estepes geladas. Teriam convivido e também caçado as espécies de animais de grande porte que foram extintos no final da última glaciação, como eram os mastodontes, os megatérios, os toxodontes, as macrauquêneas e os esmilodontes (tigre-dente-de-sabre).

Os sítios com datações maiores não apresentaram pontas de projéteis lascadas, mas outros instrumentos que sugerem aproveitamento de recursos vegetais. Seriam sociedades adaptadas às condições ambientais locais, que se tornaram muito diversificadas com o avanço do Período Holoceno (atual). Esses grupos também ocuparam as encostas e o topo do Planalto Meridional Brasileiro localizado ao norte, relevando a região como local de integração entre diferentes paisagens em que circulavam tais grupos paleoindígenas. Na verdade, os arqueólogos designaram tais sítios como

parte da Tradição Umbu, que ocuparam também abrigos sob rocha nas encostas do planalto.

Grupos dos coletores e caçadores no aquecimento do holoceno médio

O término da última glaciação foi sucedido pelo aquecimento da atmosfera terrestre e pela variação nos índices de umidade que, depois de uma grande aridez, cresceram drasticamente ao ponto de gerar a elevação do nível dos mares há mais de seis mil anos. Com o término da glaciação, passou a vigorar o holoceno, período geológico atual. O clima tornou-se mais quente e úmido, levando à proliferação dos recursos florestais e das formas de vida marinha, naquilo que se entende como sendo a tropicalização do Continente. No litoral, os bandos especializaram-se na coleta de moluscos, crustáceos e na pesca, formando os sambaquis, que são grandes amontoados de conchas onde seus criadores habitavam e enterravam seus mortos.

No interior, houve a expansão da floresta subtropical nos vales, nas encostas do Planalto Meridional e nos vales dos rios, fazendo com que certos grupos de caçadores se adaptassem no aproveitamento de raízes, fibras vegetais e materiais lenhosos pela utilização de grandes talhadeiras de pedra lascada e outros instrumentos possantes. Os arqueólogos designaram esses sítios como parte da Tradição Humaitá. Embora esses grupos estivessem distribuídos predominantemente do vale do rio Uruguai para norte, é legítimo pensar que alguns deles estiveram circulando pelas regiões circunvizinhas em busca de recursos lacustres e fluviais ou para estabelecer contato com grupos de outras ascendências culturais.

A expansão das florestas e a inundação do litoral formaram um rico mosaico de vegetação e de diversificação da fauna, fazendo com que certos grupos de caçadores adaptados aos campos acampassem reiteradamente

nas margens de lagoas e lagos, e se aproveitassem de moluscos e da caça de pequenos mamíferos, répteis e aves, além da pesca. Foram encontrados sítios desse estilo nas margens dos arroios e de lagoas do litoral, onde as pontas de projéteis apareceram associadas a raspadores, furadores, bolas de boleadeiras, anzóis, mós e pilões para macerar sementes, raízes e frutos, além de fogões onde processavam seus alimentos e aqueciam seus corpos. A diversificação da dieta é também confirmada na análise de seus restos alimentares, depositados nos locais onde criaram seus acampamentos. Viviam ao céu aberto, utilizando apenas pequenas tendas cobertas por folhas ou couro animal como abrigo da chuva, do frio e do vento.

Primeiros cultivadores

No litoral sul (em continuidade ao que ocorre na República do Uruguai) e na Depressão Central (vales dos rios Jacuí e Ibicuí), tais grupos passaram a executar, no primeiro milênio antes de Cristo, grandes aterros artificiais chamados cerritos, nos quais também criaram acampamentos, enterraram seus mortos e fizeram fogueiras. Não se sabe ainda ao certo como faziam tais aterros que eram geralmente circulares ou elípticos, e encontrados muitos deles isolados ou em conjunto. No interior desses cerritos, os arqueólogos identificaram camadas, demonstrando que os antigos caçadores-coletores de campo se adaptaram ao ambiente lacustre e fluvial, morando sobre aterros artificiais para escapar da inundação e da umidade do terreno. Nesses aterros, provavelmente viviam numa das épocas do ano, quando caçavam aves migratórias e pescavam peixes, coletavam moluscos, crustáceos, frutos e sementes nativas (como os butiás).

Nas camadas mais superficiais dos cerritos, foram encontrados fragmentos de recipientes cerâmicos ao lado de artefatos de pedra lascada, no mesmo estilo dos mais antigos. Tal situação indica que os caçadores de campo (da Tradição Umbu) receberam influência de outros grupos que

já haviam iniciado o cultivo de vegetais ao norte, passando a incorporar a prática local da cerâmica e, talvez, também o cultivo incipiente de alguns vegetais americanos, isso poucos séculos antes de Cristo. Essa tradição é chamada de Vieira e é considerada uma evolução local e uma derivação cultural dos antigos caçadores da Tradição Umbu.

Com a chegada dos europeus, esses povos receberam nomes que ficaram registrados nos documentos coloniais, demonstrando uma continuidade de ocupação de mais de dez mil anos na região. São exemplos de populações locais que sobreviveram às mudanças climáticas do holoceno e foram capazes de incorporar novas tecnologias muito antes do século XVI, até que sofreram o confronto com os portugueses e espanhóis colonizadores que chegaram para disputar e ocupar seus territórios tradicionais. Eles foram reconhecidos como sendo os índios Minuano, Charrua, Genoa, Yaró e Boane, quase todos exterminados por se manterem arraigados ao seu estilo de vida itinerante que contrastava radicalmente com a vida urbana e sedentária tornada dominante pelos colonizadores.

Ao mesmo tempo, no planalto, os antigos caçadores e coletores praticantes da Tradição Humaitá receberam influência cultural parecida, começando a criação de recipientes cerâmicos (Tradição Taquara) junto do crescimento populacional e do avanço tecnológico, ao ponto de construir habitações subterrâneas e aterros mortuários, além de armazenarem o pinhão em silos enterrados no solo e de produzirem pontas de flechas e lanças esculpidas em nó-de-pinho. Embora a distribuição mais clássica deles fosse junto aos pinheirais do planalto, cerâmica parecida com a dessa tradição aparece em sítios do litoral de Santa Catarina, demonstrando que seus criadores praticavam o veraneio e o deslocamento para locais mais distantes, o que sugere que assim tivessem atingido também a Depressão Central do Rio Grande do Sul.

Chegada dos cultivadores de origem amazônica

Os últimos seis mil anos foram caracterizados por transformações radicais no estilo de vida dos grupos ameríndios, porque estes passaram a praticar o cultivo de plantas e a confecção de recipientes cerâmicos, o que permitiu um significativo crescimento demográfico, processo que parece ter-se iniciado na região amazônica e se expandido de lá para outras regiões, inclusive para o sul. O crescimento demográfico fez com que surgissem aldeias com milhares de habitantes, gerando uma diversificação das atividades econômicas e uma maior complexidade das relações sociais.

Assim, outras populações indígenas intensificaram a circulação humana na região do Rio Grande do Sul, desde a época de Cristo. Os antigos caçadores, pescadores e coletores receberam influência de grupos amazônicos e andinos, passando a praticar o incipiente cultivo de plantas e a produção de vasilhas cerâmicas, como já descrito para o caso da Tradição Vieira e o da Tradição Taquara no sul e norte do Estado. Mais ou menos na mesma época, a expansão populacional amazônica fez chegar, ao Rio Grande do Sul, grupos cultivadores de floresta com cerâmica da Tradição Guarani, que ocuparam todas as várzeas e planícies férteis das margens dos rios, lagos, lagoas e do mar. Através da coivara (corte e queima de clareiras na mata) introduziram o plantio de milho, de mandiocas, dos feijões, das abóboras, do amendoim, das batatas, do tabaco e de outras plantas.

Os Guarani criaram aldeias compostas por grandes casas comunais (*oga*) que abrigavam mais de uma centena de pessoas organizadas em unidades familiares (mulher com seus filhos) aparentadas. Dentro de cada casa vigorava a integração de parentesco e aliança, de maneira que todas as crianças eram tratadas como filhos e irmãos entre si, unificadas pela figura de líderes políticos chamados *tuvichá*, que tinham o direito a muitas esposas. As aldeias (*tava*) eram formadas pela aliança entre diversos líderes centralizados na figura de um chefe maior (*Mburuvixá*) considerado

mais valente e poderoso. Havia também, como ainda há, o respeito pela existência de líderes espirituais chamados *Karaí* que possuem a atribuição de guiar a comunidade no contato com os deuses, com os espíritos da floresta e com os mortos. Como acontece até hoje com os atuais Guarani, os *Karaí* norteavam as atividades diárias, indicando o sucesso nas expedições de guerra, de caça e na vidência sobre a necessidade de deslocamento em busca de espaços para a criação de novas aldeias. O sonho era tido como antecipação da realidade desperta e o comportamento do dia a dia dependente de uma contínua interpretação das mensagens oníricas. Os *Karaí* organizavam rituais coletivos manipulando chocalhos (*mbaracá*), varinhas consideradas mágicas (*yvyraijá*) e baforando tabaco em cachimbos (*petynguá*), criando o ambiente em que toda a comunidade se integrava. Nesses rituais, as mulheres manipulavam bastões de taquara (*taquapú*) que batiam no chão para marcar o compasso das danças religiosas, com a participação de jovens e crianças.

A cerâmica Guarani era muito rica na variação de formas e na decoração, inclusive na utilização da pintura policrômica (branco, preto e vermelho) feita em faixas e linhas paralelas reproduzindo padrões cosmológicos muito complexos. Algumas das vasilhas pintadas eram utilizadas em rituais para a beberagem de um líquido fermentado (*cacujã*), feito a partir de mel silvestre, e milho mastigado pelas jovens, quando aliados distantes e visitantes eram convidados a participar. Eles também praticavam o extrativismo vegetal, como no caso das folhas da erva mate que no início tinha importância religiosa.

Os Guarani eram índios guerreiros canibais que chegaram desde o Paraguai, desalojando as populações mais antigas do alto Uruguai e do alto rio Jacuí, até descerem o planalto para ocuparem as margens dos rios formadores do Lago Guaíba com suas aldeias. A antropofagia era praticada por eles sobre guerreiros inimigos valentes, em rituais coletivos que integravam muitas aldeias que se tornavam, assim, aliadas. Os Guarani eram grupos

canoeiros e os rios formavam o corredor de circulação de sua vida social. Dali, avançaram para o norte e para o sul, conquistando as margens da Laguna dos Patos e das demais lagoas e rios que formam a planície atlântica do Estado.

Os Guarani foram os primeiros indígenas a serem reconhecidos pelos portugueses por viverem no litoral por onde estes expandiram sua conquista. Sua existência ficou registrada pelos antigos cronistas que os designaram de diferentes formas segundo a região em que habitavam: os Arachane viviam na região do Lago Guaíba, os Anjo viviam na região de Gravataí e Santo Antônio da Patrulha, os Carijó ocupavam o litoral atlântico em direção a Santa Catarina, os Tape na região dos rios Jacuí, Vacacaí, Ibicuí e Uruguai. Todos eles foram atingidos pelos colonizadores que passaram a chamá-los de índios e que os transformaram em escravos, ao mesmo tempo para os desalojarem de suas antigas terras tradicionais em favor dos europeus.

Ameríndios no Rio Grande do Sul colonial

Os povos originários foram abalados pelo trânsito de diferentes agentes europeus, a partir do século XVI, sendo a região disputada por portugueses e espanhóis. Os primeiros a chegarem de maneira mais permanente foram os jesuítas portugueses, que criaram povoados missionários com índios no litoral de Torres e de Tramandaí, a partir de 1609, chegados através do porto de Laguna (SC). O mesmo caminho foi trilhado posteriormente pelos primeiros bandeirantes que vieram para aprisionar esses mesmos Guarani (Carijó) e levá-los como escravos para trabalharem em São Paulo, no Rio de Janeiro e na Bahia.

Naquele período inicial de colonização, o interior da Província de São Pedro manteve-se fora do interesse colonial, porque foi preciso primeiro consolidar a ocupação do litoral atlântico pela criação de fortalezas e povo-

ados. Durante quase um século, paulistas, curitibanos e lagunistas desceram o litoral sul de Santa Catarina e atravessaram a planície litorânea do Rio Grande do Sul em direção aos campos do Uruguai, para arrebanharem o gado bovino criado de maneira selvagem depois que os jesuítas espanhóis, através do rio Uruguai a oeste, criaram a Vacaria Del Mar. Esse gado selvagem foi levado pelos primeiros tropeiros para Sorocaba, onde era redistribuído para abastecer o mercado brasileiro.

Ao mesmo tempo em que os portugueses circulavam pelo litoral atlântico tropeando, os jesuítas espanhóis criavam povoados missioneiros com população Guarani no noroeste do Estado, os conhecidos Sete Povos das Missões. Esses povoados eram abastecidos com recursos extraídos de locais distantes em direção ao centro e leste do Estado. A erva-mate era explorada na região do rio Camaquã (serra do Herval), a oeste da Lagoa dos Patos. Os Sete Povos tinham estâncias onde criavam gado para servir como alimentação e fonte de matérias-primas (couro, sebo, ossos) ao seu abastecimento, algumas delas criadas na região dos rios Jacuí e Taquari. Tudo isso indica que a margem ocidental do Lago Guaíba continuava a ser frequentada por índios Guarani, missioneiros ou não, durante a primeira parte do século XVIII, antes mesmo da fundação de Porto Alegre.

A ocupação colonial da região só se consolidou efetivamente a partir do momento em que os portugueses conquistaram a navegação da barra de Rio Grande, subindo a Laguna dos Patos e daí em direção ao Jacuí. Inicialmente, foi Viamão o polo de fixação populacional dos tropeiros, ligada por terra à Laguna e ao norte do país. Porto Alegre nasceu como entreposto de Viamão, até que a navegação a tornou mais importante e desenvolvida que sua antiga matriz.

Para que se fizesse a ocupação colonial efetiva, foi preciso trazer colonos que se fixassem no local, o que acabou acontecendo de maneira espontânea com os casais de açorianos trazidos propositalmente para substituir

os índios Guarani dos Sete Povos a oeste. Os açorianos foram abandonados ao seu próprio destino na região de Porto Alegre, e sua colonização teria sucumbido se não tivessem contado com o apoio inicial, recebendo alimentos, ou o aprendizado que tiveram dos índios Guarani que continuaram habitando as margens do Lago Guaíba, depois da fundação da vila. Os Guarani ensinaram os açorianos a fazerem a coivara e a cultivarem as plantas americanas, que rapidamente substituíram o trigo, o centeio e a cevada que eles conheciam em Açores. Com o fim das Missões, muitos Guarani missioneiros foram trazidos para a região de Gravataí, onde se fundou a Aldeia dos Anjos, e de onde eram requisitados para prestar serviços ou abastecer com alimentos locais como Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha e São Domingo das Torres.

A mão-de-obra e o conhecimento indígenas foram fundamentais para o sucesso da colonização portuguesa e açoriana, embora esse fato não seja amplamente reconhecido pela historiografia luso-brasileira. A presença dos Guarani foi contínua ao longo dos primeiros séculos de história da região, e essa importância é evidente para o caso da manutenção de corruptelas linguísticas de origem indígena amplamente difundida na toponímia, como exemplificam os nomes dados aos rios e acidentes geográficos. O assunto foi propositalmente silenciado pelos historiadores portugueses, porque o reconhecimento da origem guarani da ocupação regional foi visto como um suposto reconhecimento de uma antecedência hispânica no local. Grande erro esse, porque, fossem catequizados por portugueses ou aprisionados por portugueses, muitos Guarani mantiveram-se independentes dos colonizadores, reproduzindo sua tradição cultural nos espaços vazios depois gradativamente ocupados pela crescente chegada de imigrantes.

Nos séculos seguintes, o assunto caiu no esquecimento e os historiadores brasileiros reforçaram erroneamente a versão de que os índios tinham desaparecido e de que a civilização brasileira cresceu sobre espaços liberados de sua presença. Na verdade, grupos indígenas continuaram mo-

rando e frequentando a região ao longo de toda sua história, assunto que só se tornou legítimo depois que passou a vigorar a Constituição Federal de 1988. São erros e silêncios historiográficos, distorções que precisamos reverter.

Circulação indígena através do tropeirismo

Os ameríndios inauguraram a ciclo do gado, base econômica mais importante do Rio Grande do Sul nos quatro séculos iniciais de sua história. Os primeiros tropeiros a circularem no Estado foram indígenas, tanto os Guarani, integrados aos povoados jesuíticos (nas estâncias e vacarias das Missões), quanto os Charrua e Minuano que rapidamente se tornaram cavaleiros e caçadores do gado criado selvagem. Os tropeiros paulistas também foram atraídos pelos recursos pecuários, interceptando o território no planalto, incorporando alguns deles no processo. O tropeirismo produziu uma circulação ampla dos grupos indígenas pelo território, acompanhando o deslocamento do gado e de mercadorias.

Foi o conhecimento indígena do terreno que permitiu aos primeiros tropeiros criarem as rotas pelas quais escoavam seus produtos pelo interior, ligando a Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba ao planalto, ao rio Uruguai, ao litoral e com os campos do sul. Os traçados atuais de nossas rodovias federais e estaduais foram, em sua origem, caminhos indígenas, trilhados a pé como forma de estabelecer contatos distantes com outras etnias nativas, muito antes da chegada dos europeus. Desde os tempos do Império brasileiro, lideranças indígenas (como o Cacique Kaingang Fongue, por exemplo), vieram até Porto Alegre para conversar sobre seus direitos territoriais com o Governador de Província, prática que continuam realizando com os políticos até a atualidade.

No século XIX, o Governo do Império passou a implantar uma política de confinamento dirigida aos grupos indígenas sobreviventes, todos encaminhados para o norte do Estado (Alto Uruguai) logo que localizados, para serem contidos dentro de aldeamentos vigiados como foram Nonoai, Santa Isabel e Monte Caseros, por exemplo. O propósito era retirá-los das áreas a serem ocupadas por imigrantes alemães, italianos e de outras etnias, considerados como mais trabalhadores e mais aptos a construir o progresso do país. Os índios eram considerados como selvagens primitivos e no interior dos aldeamentos eles deviam receber catequese e educação para se tornarem camponeses civilizados. Dentro desses aldeamentos eles foram proibidos de reproduzir sua língua materna e seus costumes tradicionais, considerados como nefastos à civilização do tipo europeu.

Invisibilidade dos ameríndios no Rio Grande do Sul atual

A imigração europeia condicionou drasticamente a formação da sociedade no Rio Grande do Sul dos séculos XIX e XX, de modo que as elites políticas seguissem os padrões europeus de cultura e reprimissem qualquer ligação simbólica com os nativos porque os índios eram tidos como seres primitivos e infantis que se deveriam domesticar, para serem convertidos em trabalhadores dóceis. Ao se reduzir ideologicamente sua existência ao nível da animalidade, ficava fácil expropriá-los de suas terras e utilizar sua força de trabalho pela servidão e pela escravidão. A ideologia da construção nacional foi criada sobre essas características de identidade, explicando em parte o silêncio da história sobre a participação indígena na construção da sociedade gaúcha e também das cidades mais antigas do Estado.

Acontece que o processo histórico não foi assim tão simplificado, porque desde o começo os conquistadores europeus utilizaram mulheres indígenas para os prazeres sexuais, o que resultou em inevitável miscigenação.

No começo da história, foram poucas as mulheres europeias que vieram do além-mar e, em contrapartida, as mulheres indígenas foram oferecidas aos conquistadores, pelo dispositivo do “cunhadismo”, isto é: era e é costume tradicional, entre os grupos indígenas Guarani, Charrua, Minuano, Kaingang e Xokleng, utilizarem mulheres aparentadas (irmãs e filhas) como uma forma de converter estrangeiros em aliados, que se incorporam como cunhados e genros, assim cooptados pelos nativos. Essa prática foi largamente utilizada com os primeiros portugueses, que deram origem a filhos mestiços, embora essa mestiçagem fosse considerada vergonhosa para aqueles que a detinham. Criou-se, desta forma, um marcante velamento sobre a ascendência indígena presente em muitas famílias de brasileiros, o que também aconteceu para o caso dos primeiros gaúchos de outras origens culturais.

Por outro lado, os indígenas que sobreviveram nas proximidades das cidades e propriedades rurais tiveram que esconder sua vinculação cultural, porque se tornou uma prática, durante o Período Republicano, remover arbitrariamente todas as famílias indígenas para o interior das reservas e áreas demarcadas no norte do Estado, pelo referido mecanismo do confinamento. Todos os grupos indígenas que reproduziam sua mobilidade livre pelo território foram reprimidos e jogados pela força policial para longe de suas terras. Desta forma, consolidou-se a opinião de que os indígenas seriam apenas personagens do passado, embora muitos tenham se mantido escondendo sua ligação cultural com os ameríndios. De igual forma, consolidou-se uma falsa interpretação no senso comum de que os grupos indígenas são incapazes de suportar os avanços da civilização e o convívio com o ambiente urbano, como se suas culturas fossem estáticas e inflexíveis, como se sua suposta infantilidade fosse frágil para suportar a vida agitada nas cidades.

O maior problema resultante desse quadro foi que o processo de regularização da propriedade da terra ocorreu alijando completamente os gru-

pos indígenas de qualquer direito sobre ela. Ao mesmo tempo, o crescimento urbano e o desenvolvimento rural geraram a degradação do ambiente natural nas diversas regiões do Estado, poluindo as águas, provocando o desmatamento e a extinção de espécies animais e vegetais necessárias à sobrevivência do padrão indígena.

Direito reconhecido: índios Charrua, Xokleng, Kaingang e Guarani ressurgem

Durante a década de 1980, a circulação de famílias indígenas pelo Rio Grande do Sul tornou-se novamente evidente, o que ocorreu em todo o território nacional, no processo de abertura política e de tomada de consciência sobre os direitos originários no Brasil. A atuação de setores da sociedade civil e o processo constituinte geraram uma reversão na atuação tutelar promovida pelo indigenismo oficial, executado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que passou a ter questionada sua ação arbitrária de remoção dos índios para o interior de reservas demarcadas. O crescimento populacional dentro das aldeias oficialmente reconhecidas também tornou impraticável a tentativa de contê-los no confinamento, ainda mais porque diversas etnias no Brasil passaram a se mobilizar na luta por seus direitos territoriais enquanto povos originários.

Foi somente com a Constituição Federal de 1988 que a situação jurídica dos indígenas, enquanto relativamente capazes, foi substituída pelo critério da autodeterminação, reconhecendo, desde então, que as comunidades autóctones possuem o direito de seguirem suas pautas culturais específicas, cabendo aos órgãos do Poder Público atender suas demandas próprias e diferenciadas. A questão da regularização das terras indígenas também foi colocada como prioridade pelo Governo Federal, mas a reversão das perdas territoriais jamais se fará por completo, por razão da força que a propriedade privada ainda possui na estruturação fundiária nacional.

Foi igualmente restituído às comunidades indígenas o direito de ir e vir, liberdade que haviam perdido nos séculos anteriores de nossa história.

A década de 1990 foi marcada pelo ressurgimento da mobilidade indígena, mecanismo cultural de origem pré-colonial que sempre permitiu aos ameríndios buscarem os recursos naturais conforme sua maturação sazonal. Diversos acampamentos indígenas foram recriados na beira das estradas federais, nas rótulas de acesso às cidades e em vilas dentro do perímetro urbano. Da mesma forma, famílias indígenas que antes moravam nas cidades escondendo sua ascendência cultural passaram a afirmá-la, reaparecendo das cinzas, do silêncio e do velamento historiográfico que os tinham enquanto grupos extintos. Em todo o Brasil, presenciamos o fenômeno de ressurgimentos étnicos, mesmo no caso de grupos muito mestiçados ou que tiveram suas línguas perdidas pela repressão oficial que antes vigorava.

A ocupação indígena foi contínua ao longo de toda a história do Rio Grande do Sul, da colonização ao desenvolvimento das cidades mais antigas como a Capital, Porto Alegre, mesmo que isso tenha permanecido desconhecido de grande parte dos cidadãos, inclusive dos intelectuais e administradores. A realidade indígena no Estado é muito complexa, ainda mais considerando que as cidades tornaram-se fator de atração para indígenas e não-indígenas. É nas cidades que os povos originários tornam-se cada vez mais visíveis, pois as cidades estão ocupando seus antigos territórios.

Hoje, existem centenas de acampamentos e aldeias indígenas espalhados por todo o Rio Grande do Sul, manifestos enquanto comunidades pertencentes ao menos a quatro diferentes grupos étnicos originários do Estado, com inegável vínculo histórico e cultural com os grupos evidenciados pela arqueologia e pela documentação histórica tratadas ao longo deste texto. Sua existência é patrimônio cultural a ser reconhecido em sua diversidade, para o que é fundamental reverter o paradigma do colonialis-

mo interno que impera entre nossos agentes públicos e privados no Brasil, regularizando os territórios indígenas e implementando políticas especiais e compensatórias no sentido de permitir que as futuras gerações possam dispor dos benefícios dessa diversidade étnica.

Referências

ARQUIVO Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS). **Os Índios D'Aldeia dos Anjos**: Gravataí: Século XVIII. Porto Alegre: EST. 1990.

BROCHADO, José Proenza. A Expansão dos Tupi e da Cerâmica Policrômica Amazônica. **Dédalo**, São Paulo, 27: 65-82, 1989.

_____. & LA SALVIA, F. **Cerâmica Guarani**. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto; BAINES, Stephen G. (Org.). **Nacionalidade e Etnicidade em Fronteiras**. Brasília: Editora UnB, 2005. 278 p.

FOGEL, R. (Comp.). **Mbyá Recové**: La Resistência de um Pueblo Indômito. Assunção: CERI/Universidad Nacional de Pilar. 1998.

KERN, Arno Alvarez. **Antecedentes Indígenas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994.

_____. **Missões uma Utopia Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

LATHRAP, Donald W. **O Alto Amazonas**. Lisboa: Editorial Verbo, 1975.

MELIÁ, Bartolomeu S.J. **Una Nación, Dos Culturas**. Assunção: Imprensa Salesiana, 1988.

_____. **El Guaraní Conquistado e Reducido**. Assunção: CEADUC, Universidad Católica N.S. de la Asunción, 1986.

MONTOYA, P. Antonio Ruiz de. **Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

NIMUENDAJU, Curt Unkel. **As Lendas de Criação e Destruição do Mundo**. São Paulo:

Hucitec/Edusp, 1987.

SAHLINS, M. **Âge de Pierre, Âge D'Abondance. L'Économie des Sociétés Primitives.** Paris: Gallimard, 1976.

SCHADEN, E. **Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani.** São Paulo: Edusp, 1974.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. Uma Pré-História para o Rio Grande do Sul e 1. O Mundo da Caça, da Pesca e da Coleta. **Pré-História do Rio Grande do Sul.** Documento 05. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1991, p. 7-31.

SOUZA, J.O. C. **Aos Fantasmas das Brenhas:** Etnografia, Invisibilidade e Etnicidade de Populações Originárias no Sul do Brasil (RS). Tese de Doutorado. 1998.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. **Um Grande Cerco de Paz:** Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SUSNIK, Branislava. **Los Aborígenes del Paraguay.** Tomo 2: Etnohistoria de los Guaraníes (Época colonial). Asuncion: Museo Etnografico Andres Barbero, 1979-80.

VIVEIROS de CASTRO, Eduardo Batalha. **A Inconstância da Alma Selvagem.** São Paulo: Cosac e Naify, 2002.